

O PLANO COLÔMBIA E O PRIMEIRO MANDATO DE ÁLVARO URIBE (2002-2006)

Marcelo Santos

Introdução

Em 28 de maio de 2006, num pleito marcado pela abstenção de 54% dos eleitores, Álvaro Uribe foi reeleito presidente da Colômbia com 62% dos votos, dispensando o segundo turno. Grande parte dessa vitória pode ser creditada à “Política de Segurança Democrática”, adotada no primeiro mandato, que melhorou as condições de segurança nos centros urbanos do país, por meio de um combate sistemático à guerrilha e ao crime organizado. Na contramão de vários analistas e representantes do Estado colombiano, que ignoram ou acham inoportunos os questionamentos das políticas governamentais em relação aos mecanismos para alcançar a paz no país, este trabalho enfoca o problema da violência na Colômbia a partir de uma perspectiva crítica aos fundamentos essenciais da chamada “Política de Segurança Democrática”. Para tanto, inicialmente, o texto apresenta os principais atores do conflito interno colombiano e o advento do Plano Colômbia, tentando demonstrar como o enfoque norte-americano passou a predominar no processo de resolução do problema. A partir dessa premissa, num segundo momento, analisa-se a “Política de Segurança Democrática” do presidente Uribe, no contexto da cruzada antiterrorista do presidente George W. Bush. Por fim, são feitas algumas considerações conclusivas.

I. O Plano Colômbia

Há várias décadas, a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas no seu território, entre elas o narcotráfico, que se intensificou em meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos Estados Unidos (EUA), no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e

início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, fortalecendo as atividades dos narcotraficantes colombianos. Quando, no final da década de 1970, a demanda norte-americana por cocaína superou a da maconha, os narcotraficantes colombianos substituíram os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru sob pena de perderem a “Certificação”¹, resultou numa migração das plantações para as regiões Sul e Central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Choco, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca.

Em um país que, desde a independência, foi controlado por uma oligarquia que excluiu a participação política dos demais grupos sociais e não promoveu reformas econômicas e sociais estruturais, as condições propícias à produção da folha de coca acabaram atraindo milhares de camponeses para o cultivo ilícito como forma de sobrevivência. Além disso, tal condição também contribuiu para exacerbar os históricos índices de violência no país e intensificar a guerra interna envolvendo Estado e paramilitares de direita contra as guerrilhas de esquerda.

A expansão do narcotráfico, somada a uma crise institucional e econômica, à violação sistemática dos direitos humanos, a ataques guerrilheiros contra corporações norte-americanas do petróleo, a uma guerra interna e à possibilidade de extensão do conflito para os países vizinhos, transformou a Colômbia numa das prioridades da política de segurança dos EUA no final da década de 1990. O governo norte-americano, que durante a presidência de Ernesto Samper (1994-1998) qualificou a Colômbia como uma “narcodemocracia”, voltou toda a atenção para o governo seguinte, de Andrés Pastrana (1998-2002).

Ao longo da década de 1990, o conflito interno colombiano assumiu dimensões trágicas e gigantescas em números de mortos, feridos,

desaparecidos, seqüestros, massacres e refugiados.² Do lado das guerrilhas de esquerda, houve um crescimento significativo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN).³ Ao mesmo tempo, também ocorreu uma expansão das ações dos grupos paramilitares de direita, como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).⁴ O presidente Pastrana declarou guerra às drogas, rearmando e modernizando as Forças Armadas e a polícia, além de anunciar uma solução negociada com os movimentos insurgentes. Para Pastrana, a Colômbia tinha duas guerras diferentes: a do narcotráfico e a da guerrilha (Santana, 2004). Em julho de 1998, o presidente teve um encontro com Manuel Marulanda Vélez, líder das FARC, para a negociação de um acordo de paz, no qual o governo cedeu à guerrilha uma zona desmilitarizada de 42.000 km² na região da selva colombiana, enquanto manteve a ofensiva contra a guerrilha em outras regiões. O acordo fazia parte de um plano de desenvolvimento denominado “*Cambio para Construir la Paz 1998-2002*”. Durante três anos, as FARC dialogaram com o governo, com executivos de corporações transnacionais, comissões do Senado e da Câmara, políticos de todos os partidos, jornalistas estrangeiros, sindicatos e estudantes, sempre com transmissão da TV estatal. Porém, o processo de paz fracassou. Para a classe política tradicional, a razão do fracasso foi a generosidade do governo, que, ao ceder território para as FARC, proporcionou o seu reagrupamento, treinamento e armamento. Do lado das FARC, Marulanda Vélez justificou o fracasso do acordo com a posição intransigente do governo para negociar temas fundamentais na agenda dos guerrilheiros, tais como: o referendo, a participação política com igualdade de garantias e o fim do bipartidarismo, a questão da terra, a ruptura com a política econômica neoliberal e o fim do Plano Colômbia (sustento para a guerra) (Orozco, 2004).⁵ Para muitos analistas do tema, entre os vários fatores que levaram ao fracasso do projeto de paz, o principal foi a internacionalização das estratégias de resolução do conflito colombiano e do combate ao narcotráfico com a interferência norte-americana por meio do Plano Colômbia (2000), que transformou o projeto de paz de Pastrana em um plano militar antidrogas e contra-insurgente. Como afirma Antonio Navarro Wolf (2002:16),

[o] Plano Colômbia de Pastrana, em sua versão original, não era isto. Quando começaram as conversações de paz entre o governo e as FARC no Sul do país,

foi desenhado um plano de investimentos produtivos e de desenvolvimento nas áreas pobres e isoladas do país e também ficou decidido que as FARC e o governo decidiriam os destinos dos recursos econômicos provenientes da comunidade internacional. Quando entraram os norte-americanos em cena em 1999, a primeira coisa que fizeram foi descartar as FARC das discussões sobre o emprego dos recursos econômicos do Plano Colômbia. Segundo, armaram um pacote de ajuda ao exército e tomaram o controle da guerra no sul. Desaparecia então todo o conteúdo de paz que tinha a versão inicial do plano, transformando-se em um plano antidrogas e contra-insurgente. As FARC repudiaram o plano sob a alegação de agressão ao processo de paz e, por conseqüência, seguiram a tarefa de continuar o conflito.

O Plano Colômbia, previsto inicialmente para durar até dezembro de 2005, redigido numa única versão em inglês e imposto pelo governo de Bill Clinton sem que houvesse qualquer debate na sociedade colombiana, previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceriam US\$ 1,3 bilhão (47 milhões para o Equador). O governo colombiano aplicaria US\$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam de financiamento externo e 20% de ajuste fiscal e de impostos sob controle do FMI, e o restante viria de países europeus e instituições internacionais.

São muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive a própria dimensão de combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestra a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e a militarização do combate nos países produtores.⁶ Não é demais lembrar que, desde a administração Reagan, esse assunto passou a ser tratado como um problema de segurança nacional, envolvendo o Departamento de Defesa dos EUA. Nesse sentido, embora o plano contemplasse propostas sociais, econômicas e de direitos humanos, o caráter bélico e repressor constituiu o seu eixo central. Basta observarmos a forma como foram distribuídos os recursos econômicos provenientes dos EUA no início do plano: 1) apoio à expansão das operações antidrogas no Sul do país sob a forma de treinamento e

equipamento para as Forças Armadas – US\$ 416,9 milhões; 2) apoio aos programas de interdição pela modernização do sistema de comunicações dos militares e dos serviços de inteligência – US\$ 378,6 milhões; 3) apoio à Polícia Nacional da Colômbia com treinamento e equipamento – US\$ 115,6 milhões; 4) apoio ao desenvolvimento econômico e alternativo de atividades que substituam a economia ilícita – US\$ 106 milhões; 5) apoio à reforma do sistema judiciário e a programas de combate à corrupção, seqüestro, lavagem de dinheiro e promoção dos direitos humanos – US\$ 119 milhões; 6) apoio a outros programas regionais e ao processo de paz – US\$ 183 milhões Programa de Informação Internacional, 2000). Além desses itens, ficou estabelecido que os EUA poderiam manter em território colombiano um efetivo de 500 militares e 300 civis. A Escola das Américas, rebatizada depois do fim da Guerra Fria como Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, assumiu a responsabilidade de oferecer suporte e treinamento para o Exército colombiano. Em relação ao apoio aos programas regionais e ao processo de paz, a maior parte dos recursos foram para projetos militares de combate às drogas, como na Bolívia e no Equador. Uma outra questão a ser notada é que parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizado diretamente para a compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas, como a Bell Textron e a United Technologies. Esse plano colocou a Colômbia no seletor grupo composto por Israel, Turquia e Egito, principais países receptores de armamentos pesados e semipesados, treinamento de forças de elite e de assessoria em inteligência militar por parte dos EUA.

Em larga medida, pode-se dizer que essa dimensão militarista do plano não compreendeu apenas o conteúdo de luta contra o narcotráfico, mas também procurou contemplar uma outra preocupação da política de segurança dos EUA, que está relacionada ao combate de movimentos considerados extremistas ou terroristas pela política norte-americana para a região. Dessa forma, a expansão das ações das FARC e do ELN no conflito interno colombiano passou a ser um alvo dos EUA. Segundo Antonio Navarro Wolf (2002), à medida que, na década de 1990, foi se expandindo o cultivo ilícito da coca na Colômbia, a guerrilha colombiana de esquerda, que sempre foi muito pobre, passou a cobrar impostos sobre as atividades

dos narcotraficantes, criando uma poderosa fonte de financiamento de suas atividades. Os impostos sobre os cultivos ilícitos transformaram-se na principal fonte de financiamento das FARC, superando as arrecadações com os seqüestros e extorsões. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, esses recursos permitiram às FARC recrutar um imenso exército guerrilheiro que passou de 4.000 homens no final da década de 1980 para 15.000 no término dos anos 1990. Entre 1995 e 1998, as FARC estavam ganhando praticamente todas as batalhas contra o exército colombiano. Para Wolf, os primeiros que se deram conta dessa situação foram os norte-americanos. Wolf cita as declarações do comandante Charles Wilhelm, do Comando Sul do exército dos EUA, que, em visita à Colômbia, em 1998, disse que se não houvesse uma intervenção para mudar a situação, em cinco anos as FARC iriam vencer a guerra. Note-se que, desde Reagan, o Departamento de Defesa norte-americano estava procurando estabelecer um vínculo entre narcotráfico e guerrilha. Então, os EUA resolveram intervir com a sua versão militarizada do Plano Colômbia. É nesse sentido que esse plano ganhou também um caráter antiinsurgente que visa a exterminar as FARC e o ELN. Analisando as ofensivas militares do Plano Colômbia, Mario Ramirez Orozco (2004: 83) concluiu:

É necessário ter em conta que as zonas onde se concentram a ofensiva do Plano Colômbia são aquelas áreas onde o controle das guerrilhas insurgentes é predominante, enquanto se excluem grandes regiões cocaleras, como o Urabá antioqueño e chocono, Córdoba e a região de Catatumbo na fronteira com a Venezuela, lugares em que o controle territorial é quase exclusivo por parte dos grupos paramilitares de direita.

Assim, assessorados por estrategistas militares norte-americanos e apoiados por uma ampla base tecnológica de radares, aviões, helicópteros e materiais bélicos também disponibilizados ou vendidos pelos EUA, as Forças Armadas do Estado colombiano passaram a aplicar uma dura ofensiva contra os grupos guerrilheiros.⁷ Ao mesmo tempo, tal aparato começou a ser utilizado também para o combate aos cultivos ilícitos nas regiões dos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo, onde têm sido utilizadas armas químicas, como as fumigações aéreas de glifosato, e biológicas, como o fungo *Fusarium Oxysporum*.

Cabe acrescentar que as centenas de militares norte-americanos e os espões e civis contratados pelos EUA não foram para a Colômbia apenas para auxiliar seu Exército no plano antidrogas e antiinsurgente, mas também para garantir a segurança e os interesses econômicos de suas grandes corporações. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região assumem a maior relevância, e as corporações são muitas: OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um pesado *lobby* de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US\$ 92 milhões em *lobby* para a aprovação do projeto.⁸ Durante a década de 1990, essas empresas transformaram-se num alvo permanente das ações guerrilheiras, que agiam explodindo oleodutos e seqüestrando executivos, tendo, por conseqüência, seus negócios prejudicados. Nesse sentido, tornou-se crucial para essas companhias a intervenção militar do Estado norte-americano na região dos campos petrolíferos. Com o Plano Colômbia, militares norte-americanos passaram a chefiar as ações de segurança nas áreas de atuação das corporações petrolíferas, como nas regiões do oleoduto de Caño Limón, com 780 km de extensão, percorrendo um trecho que começa nos campos de petróleo do Departamento de Arauca, perto da fronteira com a Venezuela, e estendendo-se até o porto de Coveñas na costa atlântica.⁹ Talvez essa dimensão geoeconômica do Plano Colômbia possa explicar a concentração de bombardeios às operações das Farc na região Sul do país, como no Departamento de Putumayo, que sintomaticamente possui ricas jazidas de petróleo. Sem esquecer a enorme biodiversidade dessa região amazônica colombiana.

Destaque-se ainda que a adoção do Plano Colômbia representou um incremento das atividades militares de corporações privadas norte-americanas na região andina. Na verdade, desde 1990, o governo dos EUA vinha utilizando os serviços de corporações militares na região, que, por serem privadas, atuam sem a supervisão direta do Congresso, embora exista uma legislação sobre o assunto. Com o Plano Colômbia, a privatização das funções militares foi ampliada por meio da contratação de

várias empresas para desenvolver serviços de informações, investigação, inteligência, logística, vigilância, treinamento de militares colombianos e fumigação dos plantios ilícitos. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, em 24 de fevereiro de 2002, Michael Shifter, diretor do programa sobre a Colômbia do “*Interamerican Dialogue*”, afirmava: “Enquanto o Congresso norte-americano não autorizar uma maior presença de militares na Colômbia, essas empresas podem satisfazer a disposição dos EUA de aumentarem sua ajuda a Pastrana”. Na mesma reportagem, o jornal apresenta o trecho de um relatório da companhia *Military Professional Resources*, obtido pela agência *Associated Press*, no qual prega-se que o combate à guerrilha é condição básica para que o narcotráfico seja derrotado.

Conforme já enunciado, no que concerne à estratégia de erradicação dos cultivos, o plano foi estruturado com base na fumigação das lavouras. As regiões dos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo foram transformadas em alvos permanentes de armas químicas, como as fumigações aéreas de glifosato sobre as lavouras de coca, e biológicas, como o fungo *Fusarium Oxysporum*. Cabe destacar que a maior parte dos despejos de glifosato, produzido pela Monsanto, têm sido feitos por aviões da companhia privada *Dyn-Corp*. Essa ofensiva tem desalojado populações e provocado danos ao meio ambiente, às demais lavouras, à criação de peixes, aos animais domésticos e à saúde dos camponeses.¹⁰ Como relata Noam Chomsky (2005: 90-91),

Estive no Sul da Colômbia, em Cauca, localidade que, em 2001, ocupou a pior colocação do país em garantia dos direitos humanos. O estado é basicamente formado por índios, camponeses e afro-colombianos... Passei umas duas horas ouvindo depoimentos de camponeses pobres sobre o terrorismo. Mas a pior forma de terrorismo que eles sofreram, pelo menos nos depoimentos que ouvi, veio do terrorismo direto norte-americano – a saber, a fumigação. A fumigação destrói completamente a vida deles. Destrói suas lavouras e mata seus animais. As crianças estão morrendo; podemos vê-las com feridas pelo corpo todo, e coisas assim. Esses são, em sua maioria, cafeicultores pobres. A cafeicultura é complicada, os preços são baixos. Mas eles conseguiram cavar um nicho para si nos mercados internacionais de café organicamente produzido. Pois isso acabou. Uma vez destruídos os cafezais e fumigada e envenenada a terra, acabou-se. Não só as vidas e as lavouras são destruídas,

como também se destroem a biodiversidade e, de forma crucial, a tradição da agricultura camponesa... A fumigação é oficialmente justificada como “guerra às drogas”. É difícil levar isso a sério, a não ser como um disfarce para um programa de contra-insurgência e mais uma etapa da longa história de expulsar camponeses da terra, em benefício das elites ricas e da extração de recursos minerais por investidores estrangeiros.

Em relação ao programa de cultivo alternativo proposto pelo plano, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) passou a oferecer assistência aos camponeses para a produção de palmito, pimenta, flores tropicais e cacau. Porém, de acordo com analistas, além do baixo preço desses produtos, os recursos econômicos para as plantações não são suficientes e envolvem poucas famílias.

2. O primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006)

Todas essas estratégias que envolveram a criação do Plano Colômbia pelos EUA ganharam mais vigor com a eleição de Álvaro Uribe Vélez para a Presidência da Colômbia (2002-2006) e a publicação da nova doutrina antiterrorista do governo Bush após o 11 de setembro. Tanto Uribe quanto Bush compartilham a conveniente idéia de que as guerrilhas são fundamentalmente grupos de terroristas que controlam o narcotráfico, reduzindo, por conseqüência, o complexo conflito armado colombiano ao combate ao terrorismo.¹¹ Logo após sua posse, Uribe afirmava que “[n]a Colômbia não existe guerra; aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade, e isto deve ser resolvido rapidamente” (Quiroga, 2003: 164). No mesmo sentido e na mesma época, Otto J. Reich, Secretário de Estado para assuntos do Hemisfério Ocidental, afirmava que “[a] Colômbia pode derrotar os terroristas, mas necessita de ajuda dos amigos. Nossos valores, nossa segurança e o futuro do nosso continente estão ligados à vitória da Colômbia em sua guerra contra o terrorismo... O presidente Bush já pediu ao Congresso autorização para oferecer ajuda militar e de inteligência ao governo colombiano para sua guerra contra o terror” (*The Washington Times*, 19/6/2002)”. Portanto, o Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, sob a justificativa de lutar contra o narcoterrorismo, transformando o governo

de Uribe num grande aliado da nova política de segurança dos EUA.¹² Com Bush e Uribe, ficou estabelecido publicamente o caráter antiinsurgente do Plano Colômbia.

O presidente Uribe assumiu o governo prometendo recuperar a “legitimidade, a legalidade e a governabilidade do Estado colombiano”, lançando o Plano Nacional de Desenvolvimento, que está baseado na “Política de Segurança Democrática”. Segundo o governo, os objetivos dessa política seriam: o controle do território e da soberania nacional; o combate às drogas ilícitas e ao crime organizado; o fortalecimento do serviço de justiça; o desenvolvimento das regiões pobres e de conflito, com programas produtivos e de paz; a promoção e a proteção dos direitos humanos; e a cooperação em programas bilaterais e multilaterais para a proteção das fronteiras (Departamento Nacional de Planeación, 2003). Para atingir esses objetivos, Uribe, em seu primeiro mandato presidencial, tomou uma série de medidas, tais como: a criação de uma rede de informantes em toda a sociedade, com programas de recompensa para as pessoas que delatassem os colaboradores de grupos insurgentes ou criminosos; a colocação de tropas do exército e da polícia para garantir a segurança nas estradas; a solicitação do aumento da ajuda econômica dos EUA para não somente manter a política de erradicação dos cultivos ilícitos via fumigações, como também combater as ações das guerrilhas; o aumento das forças do exército com o recrutamento de “soldados camponeses”, etc. Além disso, o presidente decretou o Estado de Comoção Interior, em 2002, que permitiu ao governo elevar impostos para aumentar o efetivo das Forças Armadas e policiais, autorizar prisões sem ordens judiciais e instituir a possibilidade de detenção de pessoas com base em suspeitas de intenções de cometer delitos.¹³ Para muitos observadores de direitos humanos e estudiosos do conflito colombiano, a “Política de Segurança Democrática” foi reduzida a aspectos militares e policiais, não contemplando questões referentes ao desenvolvimento econômico e social, que são fundamentais para a resolução dos conflitos e para a consolidação de um estado democrático.¹⁴ Críticas ao Estado, por envolver a população civil no conflito, por disseminar um clima de intolerância e perseguições na sociedade e por ferir os direitos humanos, foram freqüentes ao longo da primeira gestão de Álvaro Uribe.¹⁵

Pode-se dizer que, relativamente ao conflito com as guerrilhas de esquerda, a estratégia de paz de Álvaro Uribe esteve, durante o seu primeiro mandato, calcada na guerra para exterminar o opositor político, conforme a frase do próprio presidente em seu Plano Nacional de Desenvolvimento: “A via do diálogo no meio do conflito está esgotada... A paz não se negocia, se constrói”.¹⁶ Além de uma dura ofensiva militar nas áreas tomadas pelas guerrilhas, o governo Uribe recusou qualquer tipo de negociação com os guerrilheiros, rejeitando, inclusive, a proposta das FARC de trocar seqüestrados por guerrilheiros encarcerados, fato que contrariou os familiares dos prisioneiros e os grupos de direitos humanos que são a favor da troca humanitária. Tal posição custou a vida de muitas pessoas.

Se, por um lado, a posição do governo em relação às guerrilhas foi o confronto, por outro, no que diz respeito aos paramilitares, optou-se pela negociação. Desde o início do governo, houve uma série de negociações com as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que culminaram no Acordo de Santa Fé de Ralito, em julho de 2003, no qual ficou estabelecido que as milícias direitistas deveriam promover um imediato cessar-fogo e o desarmamento até o fim de 2005. Em troca o governo ofereceu aos paramilitares garantias de incorporação à vida civil e política, abrindo, inclusive, a possibilidade de atenuar e anistiar as punições sobre os crimes contra a humanidade promovidos por esses grupos. Os resultados desse acordo foram pouco significativos levando o governo a um novo pacto com as AUC, firmado em maio de 2004, no qual foi criada uma zona de reabilitação para os paramilitares em Tierralta, Córdoba.¹⁷ Para vários membros de organizações humanitárias internacionais e alguns estudiosos do assunto, o governo Uribe, com essas negociações, além de não penalizar como deveria os paramilitares e não ter uma política de reparação para as vítimas das atrocidades promovidas por esses grupos, ainda manteve, em algumas regiões, a histórica relação íntima do governo e das Forças Armadas com os paramilitares para combater as guerrilhas.¹⁸ Há denúncias também de que o governo não combateu as atividades de narcotráfico desenvolvidas pelos paramilitares.

Cabe reconhecer, no entanto, que apesar desse processo de militarização da sociedade e a falta de iniciativas efetivas para a resolução da questão social e econômica do país, a chamada “Política de Segurança

Democrática” resultou em grande popularidade ao governo Uribe, sobretudo nos setores médios e altos. Na verdade, as décadas de conflitos e de atrocidades cometidas pela guerrilha e pelos paramilitares levaram vários setores da sociedade a apoiar e a tolerar as medidas repressivas do Estado em nome de uma determinada segurança (Zuluaga Nieto, 2003). Tais medidas foram, inclusive, utilizadas para neutralizar os setores sociais contrários à política social e econômica do governo. Manifestações sociais contrárias às políticas econômicas e trabalhistas, à limitação dos direitos sociais, à violência e às negociações do Tratado de Livre Comércio com os EUA foram duramente reprimidas pela política de segurança de Álvaro Uribe.¹⁹

Algumas considerações finais

Com essa breve análise do primeiro governo de Álvaro Uribe não é difícil constatar que a Colômbia incorporou as diretrizes básicas da política norte-americana de combate ao terrorismo, para a resolução do seu complexo conflito interno. O aumento do respaldo econômico e militar dos EUA permitiu ao governo Uribe lançar em maio de 2004 o “Plano Patriota”, que constitui a mais ambiciosa ofensiva militar contra as FARC nos Departamentos de Caquetá, Guaviare, Meta e Putumayo. Prevista para durar dois ou três anos, a ação militar envolve cerca de 17.000 soldados colombianos e equatorianos, apoiados e monitorados pelo Comando Sul das Forças Armadas dos EUA. Segundo relatório do governo colombiano, de agosto de 2002 a maio de 2005, os resultados do plano foram os seguintes: 17.208 capturas, sendo 10.035 das FARC, 1.643 do ELN, 5.055 das AUC e 475 outros; e 6.510 baixas, sendo 4.139 das FARC, 1.123 do ELN, 1.101 das AUC e 147 outros. Além disso, foram resgatados em operações militares 1.151 civis e libertados por pressões das tropas 789 civis (Colômbia, Comando Geral Forças Militares da Colômbia, 2005).

Esses dados dividem as opiniões dos analistas. Para alguns, a ofensiva do “Plano Patriota” enfraqueceu significativamente a força numérica e militar das FARC e do ELN. Para outros, esses dados podem estar superestimados. Os vários ataques das FARC, desde abril de 2005, em distintos lugares do território colombiano, podem indicar que a suposta

debilidade do grupo guerrilheiro, que havia diminuído suas ações desde o início do plano, não é mais que uma questão estratégica e que a ofensiva deve continuar. Do lado do governo – em que pese as críticas sobre a violência da polícia e das Forças Armadas, sobre a redução dos espaços democráticos, sobre o êxodo forçado da população civil e sobre a violação dos direitos humanos com os assassinatos e prisões seletivas – as Forças Armadas defendem a manutenção do plano²⁰

Ao longo de 2005, na iminência do prazo de encerramento do Plano Colômbia, a administração Bush procurou deixar claro que manteria a intervenção econômica e militar na Colômbia em nome da luta antiterror. Conforme as palavras da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, em visita à Colômbia em maio de 2005,

[o] Plano Colômbia formal, de cinco anos, está chegando ao fim, mas nosso compromisso com a Colômbia, não. A assistência militar, policial, judicial e econômica que estivemos provendo pôs a Colômbia no caminho de uma maior segurança, de cuidar do problema das drogas e de lidar com o narcoterrorismo de maneira eficaz (*Folha de São Paulo*, 10/7/2005).

Em reunião com Álvaro Uribe no seu rancho no Texas, em agosto do mesmo ano, o presidente Bush reafirmou o mesmo compromisso:

Pedirei ao Congresso que mantenha o nosso compromisso para dar prosseguimento aos programas do Plano Colômbia, para que a Colômbia possa continuar com os seus progressos e vencer a sua guerra contra o narcoterrorismo. Nossa parceria estratégica é vital à segurança, à prosperidade e à liberdade de ambos os nossos países e das Américas (*Folha de São Paulo*, 5/8/2005).²¹

No mesmo encontro, o governo colombiano fez questão de deixar claro o seu alinhamento à política de segurança dos EUA, com as seguintes palavras de Álvaro Uribe: “O grande inimigo da democracia colombiana é o terrorismo” (*idem*).

É provável que, num segundo mandato de Uribe, as diretrizes da “Política de Segurança Democrática” sejam mantidas. Seja como for, cabem aqui algumas considerações. Não existe dúvida sobre a importância fundamental da segurança para a existência e o funcionamento de uma

sociedade livre e democrática. Dessa forma, uma tarefa essencial do Estado colombiano é a resolução das questões referentes à guerrilha, aos paramilitares e ao narcotráfico. Porém, a garantia de segurança para todos os cidadãos não pode ser reduzida somente aos aspectos militares e policiais, como ocorreu no primeiro mandato de Uribe, sob pena de comprometer a liberdade e a própria democracia. A busca da segurança deve passar, por exemplo, no caso colombiano, pelo reconhecimento da relação direta entre a grave marginalização da população e a violência política no país. Do mesmo modo, tentar resolver o complexo conflito colombiano, a partir da ótica dos EUA, significa unificar os fenômenos do narcotráfico, das guerrilhas, dos paramilitares e do terrorismo, distorcendo as verdadeiras causas do conflito. Nessa perspectiva, o Estado pode até reduzir os índices de violência, como está ocorrendo, porém, não se elimina as raízes do conflito.

No que se refere ao combate às drogas, após cinco anos de Plano Colômbia, dados do governo colombiano e norte-americano apontam para uma redução da produção de cocaína em 36%, passando de 617 toneladas em 2001 para 390 no início de 2005, sendo que a meta original do plano era de 50%. Essa redução não foi capaz de atingir os níveis de produção da primeira metade da década de 1990, que estavam na casa das 200 toneladas. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, divulgado pela ONU em 2005, a Colômbia continua sendo a maior produtora mundial de cocaína, representando 56% do montante total (ONU, Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime-UNODC, 2005). Em relação aos cultivos de folha de coca, dados do governo colombiano indicam uma redução de 180.000 hectares de plantio em 2001, para 65.000 em 2005. Esses dados, porém, não são muito animadores, pois o índice de replantio é alto: cerca de 40% da área erradicada, segundo a ONU. Pior, além do tradicional “efeito balão”, que significa a migração dos cultivos para os países da região, também tem ocorrido uma expansão dos plantios em parques e reservas naturais, lugares onde não pode ocorrer a fumigação. Tal fato tem produzido sérios danos ao meio ambiente, como no parque nacional de Tayrona e na reserva nacional de Nukak.

Quando observamos, sob uma perspectiva latino-americana, os resultados da política norte-americana de combate às drogas na região,

verificamos a incapacidade dessa política em resolver de fato o problema. A estratégia de associar o alto consumo de drogas nos EUA à oferta dos países produtores latino-americanos pode ser muito conveniente para justificar as ingerências geopolíticas e geoeconômicas na região, mas certamente não corresponde ao diagnóstico correto. Na verdade, é a enorme demanda do mercado consumidor norte-americano que estimula a oferta de drogas dos países latino-americanos. A atividade do narcotráfico é mais um ramo da economia capitalista mundial que tende a reproduzir as desigualdades entre países centrais e periféricos. A força econômica dos mercados consumidores dos países centrais determina as atividades produtivas dos países periféricos. Por um lado, a combinação entre política repressiva, cultura hedonista e consumista e a falta de perspectivas para determinados grupos sociais nos países centrais contribui para que aumente a demanda por drogas nessas regiões. De outro lado, as crises econômicas e sociais e a falta de projetos de desenvolvimento nos países periféricos disponibiliza uma imensa mão-de-obra barata submetida à disciplina das grandes redes do narcotráfico. Nesse sentido, surgem nos países periféricos poderosos grupos econômicos ligados às atividades ilícitas das drogas, possuindo ramificações internacionais e exercendo poderosa influência corruptora sobre o poder político e militar nos seus países. Assim, a insistência numa política militarizada e repressiva, que recai principalmente sobre os camponeses produtores e os consumidores, parece pouco razoável para equacionar os verdadeiros problemas que levam ao crescimento do narcotráfico na região.

Notas

- 1 Por meio do mecanismo da Certificação, criado no governo Ronald Reagan (1981-1989), o Congresso dos EUA passou a monitorar e avaliar os esforços antinarcóticos de cada um dos países latino-americanos, suspendendo a assistência econômica, impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos países que não estivessem de acordo com as diretrizes da política norte-americana de combate às drogas.
- 2 Do início de 1990 até março de 2002, foram mortos 37.000 colombianos. Entre 1985 e 2002 ocorreu um êxodo forçado de 2.900.000 colombianos dentro do seu próprio território (CODHES, 2003).

- 3 O Exército de Libertação Nacional (ELN), extinto no fim dos anos 1970, ressurgiu na década seguinte com a estratégia de reunir cristãos, estudantes e profissionais de classe média que se sentiam excluídos da classe política dominada por liberais e conservadores (Pérez, 1996). Esse movimento transformou-se no segundo grande grupo guerrilheiro da Colômbia no final dos anos 1990, com aproximadamente 6.000 membros. A exemplo das FARC e ao contrário dos demais movimentos guerrilheiros de esquerda da América Latina que necessitavam de ajuda externa (URSS e China comunista), o ELN tornou-se uma organização auto-suficiente do ponto de vista financeiro dada a sua estratégia de ação nas áreas ricas da Colômbia, tais como a zona petrolífera de Magdalena Medio e as regiões cafeeiras do norte de Antioquia e sul de Cauca. Nessas áreas, o ELN passou a cobrar impostos das grandes empresas, sobretudo das transnacionais (Rochlin, 2002). Com a expansão dos cultivos ilícitos substituindo muitas lavouras de café e o crescimento do tráfico de drogas nos anos 1990, o ELN também começou a tributar as atividades de plantio, refino e circulação desenvolvidas pelos narcotraficantes.
- 4 A expansão dos grupos paramilitares, que a partir de 1996 reuniram-se na AUC, esteve relacionada à debilidade do Estado em garantir a segurança e o controle territorial do país. A princípio financiados por latifundiários e depois também por narcotraficantes, suas atividades sempre se concentraram em exterminar pessoas e grupos armados e desarmados que tenham posições políticas de esquerda, sejam consideradas suspeitas de colaborar com as guerrilhas ou que simplesmente estejam morando em regiões rurais de interesse dos latifundiários e dos narcotraficantes. Nos anos 1980, esses grupos estreitaram suas relações com os narcotraficantes por meio da criação do movimento “Morte aos Seqüestradores”, intensificando o combate às guerrilhas, que seqüestravam e extorquiam os fazendeiros e os barões das drogas. Na década de 1990 também se envolveram nas próprias atividades do narcotráfico, ganhando maior autonomia financeira. O crescimento das atividades dos paramilitares constituiu-se num poderoso aliado clandestino das ações do Estado colombiano contra as guerrilhas de esquerda. Nesse sentido, ainda que muitas vezes de uma forma velada, o Governo e as forças armadas contam com o trabalho sujo dos paramilitares na luta contra os guerrilheiros.
- 5 Na década de 1980, durante o governo de Belisario Betancur (1982-1985), também ocorreu uma tentativa de paz com as guerrilhas que, segundo os próprios guerrilheiros, fracassou pelas mesmas razões. O governo lhes propôs o cessar fogo, anistiá-los e incluí-los politicamente, mas recusou-se a negociar as questões relacionadas aos problemas sociais e econômicos, considerados pela guerrilha a raiz do conflito. Essas questões incluem a reforma agrária, a redistribuição das riquezas, etc. Sem se desarmarem, as FARC criaram um novo partido de esquerda, em 1985, a União Patriótica (UP). Nas eleições para o Congresso em 1986, a UP ganhou 14 cadeiras. Porém, a experiência dos guerrilheiros que depuseram as armas e que, por meio da UP, buscaram participar das instituições políticas democráticas foi muito trágica, pois passaram a ser alvo de assassinatos sistemáticos dos grupos paramilitares de direita, alguns dos quais supostamente vinculados ao Estado colombiano. No final dos anos 1980 e início da

- década seguinte, entre 2.000 e 4.000 líderes e seguidores da UP foram assassinados por paramilitares de direita (Zuluaga Nieto, 1999; Rochlin 2002). Note-se ainda que, em 1991, quando o M-19, o EPL e outros pequenos grupos guerrilheiros selaram um acordo de paz com o governo e abandonaram a guerrilha, as FARC e o ELN mantiveram suas atividades sob a alegação de que o modelo de paz acordado com esses grupos seguia somente a lógica do Estado, que era a de neutralizar as lutas populares.
- 6 Quando se analisa o processo histórico de formação e consolidação da nação norte-americana, logo se constata que a política de combate às drogas sempre ocupou um espaço importante na agenda interna desse país. A combinação de uma moral puritana com uma ética protestante e individualista de dedicação ao trabalho criou um ambiente social de profundo repúdio ao vício, à ebriedade e à dependência. Nesse país, as leis contra o ópio, o álcool, a maconha, a heroína, a morfina e a cocaína decorreram de intensas pressões de movimentos puritanos, que levaram o Estado a criminalizar os produtores, os vendedores e os consumidores desses produtos. Nasceu daí um tipo de política proibitiva que, historicamente, além de marginalizar segmentos da população, aumentou o poder repressivo do Estado e abriu espaço para o desenvolvimento de economias ilegais e criminosas. Note-se que, no decorrer dessa história, vários governantes utilizaram essa política como um poderoso mecanismo de controle social, econômico e cultural sobre os demais grupos étnicos e sociais, sempre acusados e culpados pela disseminação da droga no país (Tena, 2000; Rodrigues, 2004). Ao longo do século XX, à medida que passaram a ter uma presença mais notável no sistema internacional, os norte-americanos procuraram estender ao mundo o seu modelo repressor de combate às drogas. Aos poucos, assim como ocorria com as minorias étnicas no âmbito interno, vários países foram acusados pelos EUA de serem os responsáveis pelo alto consumo de drogas no país. Incapazes de eliminarem a economia ilegal dentro do seu próprio país, os norte-americanos começaram a pressionar os países produtores de substâncias alucinógenas para que adotassem uma legislação antidrogas semelhante à dos EUA (Quero, 2003). Uma dimensão importante dessa questão está no fato de que os esforços dos EUA no sentido de internacionalizar a sua política de combate às drogas nunca estiveram relacionados somente a um problema de saúde pública mundial, mas também a objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais. Daí decorre a Diplomacia das Drogas, conduzida por estrategistas norte-americanos.
 - 7 Oficialmente, em dezembro de 2002, o governo de Andrés Pastrana rompeu o diálogo com as FARC e declarou a zona de distensão dada às FARC como objetivo militar do Estado colombiano.
 - 8 Ver investigação completa em <http://www.icij.org>.
 - 9 Sobre essa questão, ver publicação do Departamento de Estado dos EUA, “The Destruction of Oil Pipelines”, em <http://usinfo.state.gov>.
 - 10 No Departamento de Cundinamarca, depois de 1,5 milhão de hectares de florestas destruídos pela fumigação, o Tribunal de Justiça resolver proibir essa atividade em sua comarca.

- 11 Vale ressaltar que os EUA também colocaram as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) na sua lista de organizações terroristas internacionais, ainda que com uma ressalva: “Não atentam diretamente aos interesses dos Estados Unidos e dos cidadãos norte-americanos”. Para Walter Fanganiello Maierovitch (2004), isto significa que as AUC podem, desde que disfarçadas, continuar como força auxiliar a Uribe, à DEA, à CIA. E, também, servir às empresas de petróleo norte-americanas estabelecidas na Colômbia. Devemos acrescentar que, em nenhum momento, o conhecido envolvimento dos paramilitares com as atividades do narcotráfico é citado como prejudicial aos EUA.
- 12 Note-se que o governo Uribe apoiou a invasão militar norte-americana ao Iraque em 2003.
- 13 “Estado de Conmoción Interior”, Decreto 1837 de 2002, Bogotá, Presidencia de la República, agosto, 2002. Em <http://www.anticorrupcion.gov.co/decretos/decreto183702.doc>
- 14 Como relatou o frei Omar Fernández, diretor executivo da Comissão Interfranciscana de Justiça, Paz e Reverência à Criação, “[n]os últimos dez anos, os governos nos vários níveis implantaram um projeto político-econômico quase fascista, de regressão de conquistas populares e direitos individuais em favor de uma ‘paz para os pacificadores’, ou seja, a classe média alta dominante, restringindo a população em geral aos bairros periféricos e sem qualquer infra-estrutura social. Isso sem falar na ação dos paramilitares e dos informantes pagos pelo governo para apontar ‘esquerdistas’ nos bairros pobres. É a nova ‘limpeza social’ da chamada ‘Política de Segurança Democrática’, que mata ou prende os líderes comunitários”. Também nas palavras de Lilia Solano, diretora da ONG Justiça e Vida: “É muito difícil, para as ONGs, buscar caminhos de paz sustentada quando o Estado de Direito é um Estado terrorista, como aqui na Colômbia ou nos Estados Unidos onde se manipula a população, manipulam-se dados, controlam-se as urnas e garante-se uma política de guerra. Mais importante do que a paz pela paz é compreender as causas do conflito social: a luta pela terra, contra o desemprego, a injustiça e o modelo econômico de exclusão”. (*Carta Capital*, 12/6/2005)
- 15 Ver, por exemplo, “Carta al Presidente Álvaro Uribe Vélez”, Human Rights Watch, Washington D.C. 04/08/2006. Em <http://www.hrw.org>
- 16 Item 57 do Capítulo I, Plano Nacional de Desenvolvimento.
- 17 Dados oficiais indicam que, até o início de 2006, o governo Uribe conseguiu desmobilizar cerca de 30.412 paramilitares. Durante esse processo foram entregues 16.984 armas, o que, para os analistas, é um número baixo.
- 18 Em novembro de 2006, investigações da Corte Suprema levaram à detenção de quatro parlamentares da base aliada do presidente Uribe por supostas ligações com as AUC. No mesmo mês, um senador da base de Uribe afirmou que, junto com 40 parlamentares e governadores, assinaram, em 2001, um pacto com as AUC para defender seus interesses (*Folha de São Paulo*, 3/12/2006).
- 19 Em 1º de maio de 2004, uma marcha popular dos movimentos sociais contra a política econômica e o alinhamento do governo aos interesses dos EUA terminou com uma dura

- repressão promovida pela Esquadra Móvel Anti-Distúrbios (ESMAD), que é chamada pelos trabalhadores e estudantes de “polícia negra de terror de Bogotá”.
- 20 Segundo relatório da Comissão da ONU sobre Refugiados, publicado em 2005, a Colômbia já acumula 2 milhões de refugiados internos e 400.000 em outros países como a Venezuela, o Panamá, a Costa Rica e o Equador (ONU, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR), 2005).
- 21 Em seis anos de Plano Colômbia, os EUA enviaram 4 bilhões de dólares ao país. O valor disponibilizado em 2006 foi de US\$ 556,8 milhões. Desse total, US\$ 400,5 milhões correspondem à assistência militar e policial. Outros US\$ 152,2 milhões são para a assistência social e econômica.

Referências bibliográficas

- COLÔMBIA, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN (DNP), (2003), “Brindar Seguridad Democrática, en Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006, Bogotá.
- _____. MINISTERIO DE DEFENSA (2003), “Política de Defensa y Seguridad Democrática”, Documento de la Presidencia de la República, Bogotá.
- _____. Presidencia de la República (2002), Estado de Conmoción Interior, Decreto 1837 de agosto de 2002, <http://www.anticorruccion.gov.co/decretos/decreto183702.doc>.
- CHOMSKY, N. (2005), *Poder e Terrorismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
- CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO (CODHES) (2003), *Boletín de la Consultoría para los Derechos Humanos y el desplazamiento*, Bogotá, nº 44, <http://www.reliefweb.int/library/documents/2003/codhes-col-29oct.pdf>.
- ESTADOS UNIDOS, DEPARTAMENTO DE ESTADO, “The Destruction of Oil Pipelines”, <http://usinfo.state.gov>, acesso em 10/12/2006.
- _____. (2000), Departamento de Estado, Programa de Informação Internacional (PII). “Descrição do Apoio dos Estados Unidos ao Plano Colômbia”, <http://www.state.gov>, acesso em 10/12/2006.
- FERNÁNDEZ, O. Entrevista, *Carta Capital*, 12/7/2005, edição 350, pp.13-14.
- HUMAN RIGHTS WATCH, Carta al Presidente Álvaro Uribe Vélez, Washington, D.C. 4/08/2006, <http://www.hrw.org>.
- FOLHA DE SÃO PAULO, “Cooperação Antiterror Agora será Explícita”, Caderno Mundo p. A-12, 10/7/2005.
- _____. “EUA: Bush Trata Uribe como Vip e Defende Plano Colômbia”, Caderno Mundo p.A-15, 5/8/2005.

- _____. “Paras’ Põem Uribe na Berlinda”, *Caderno Mundo*, p.A-39 3/12/2006.
- MAIEROVITCH, W. F. “Os 40 Anos das FARC”. *Carta Capital*, São Paulo, 9/6/2004, p. 41.
- ONU (2005), “Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados”, <http://www.unhcr.org>
- _____. (2005) “Relatório Mundial das Drogas”. Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), <http://www.unodc.org>.
- OROZCO, M. R. (2004), “Plan Colombia: ¿Estados Unidos Ante Un Nuevo Enemigo en América Latina? *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, nº 38, pp. 77-115.
- PÉREZ MARTÍNEZ, M. Ejército de Liberación Nacional, el ELN que he Vivido, *in* Medina Gallego, C. (ed.) *ELN: una Historia Contada a Todos Voces*. Bogotá: Rodríguez Quito Editores, 1996.
- QUERO, S. E. V. (2003), “Estados Unidos y la Militarización del Combate Antinarcóticos en América Latina. Tendencias e Interrogantes Actuales”, *in*: Márquez-Padilha, P. C.; Castillo, G. P. F.; Arnau, R. G. (Coords.) *Desde el Sur. Visiones de Estados Unidos y Canadá desde América Latina a Principios del siglo XXI*, vol.2. Estados Unidos y América Latina. Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Del Norte, México, pp.65-81.
- QUIROGA, A. A. (2003), “El Conflicto en Colombia y las Implicaciones para la Región”, *in*: F. Rojas Aravena (Ed.), *La Seguridad en América Latina Pos 11 de Septiembre*. Nueva Sociedad Flacso-Chile, Woodrow International Wilson Center, Paz y Seguridad en las Américas, Venezuela, pp.157-169.
- REICH, O. J (2005), *The Washington Times*, 19/5/2002, p. 23.
- ROCHLIN, J. (2002), *Colombia: Guerra Total. Algunas apreciaciones teóricas*. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, Coleção El Mundo Actual, México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- RODRIGUES, T. (2004), *Política e Drogas nas Américas*. São Paulo, EDUC/FAPESP.
- SANTANA, A. (2004), *El Narcotráfico en América Latina*. México, Siglo XXI Editores.
- SHIFTER, M., entrevista, *Folha de São Paulo*, 24/2/2002, p. A14.
- SOLANO, L. entrevista, *Carta Capital*, 12/7/2005, nº 350, p. 20.
- TENA, B. B. L. (2000), *La Guerra de la Cocaína: Drogas, Geopolítica y Medio Ambiente*. Madri, Editorial Debate.
- TIEMPOS *del Mundo*, México, semana de 9-15/6/2005.

- WOLF, A. N. (2002), *El Plan Colombia: Implicaciones para el Proceso de Paz*. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, Coleção “El Mundo Actual”. México, Universidad Nacional Autónoma de México.
- ZULUAGA NIETO, J. “De Guerrillas a Movimientos Políticos”, in Peñaranda, R. e Guerrero, J. (eds.). *De las Armas a la Política*. Bogotá, Tercer Mundo, 1999, pp.88-93.
- _____. (2003), “Colombia: entre la Democracia y el Autoritarismo”, in J. Seoane, (org.), *Movimientos Sociales y Conflicto en América Latina*, Buenos Aires: CLACSO, pp. 143-161.

Resumo

A partir das principais diretrizes do Plano Colômbia, este artigo analisa o primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2006). Nesse período, o Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo sob a justificativa de luta contra o “narcoterrorismo”, transformando o governo colombiano de Álvaro Uribe num grande aliado da nova política de segurança dos EUA pós-11 de setembro.

Palavras-chave: Tráfico de drogas, Plano Colômbia, Terrorismo.

Abstract

From the main guiding lines of the Colombia Plan, this article analyzes the first mandate of Alvaro Uribe (2002-2006). In this period, the Colombia Plan was inserted in the American strategy to combat terrorism, warranted by the justification for fighting “narcoterrorism”, transforming the Colombian government of Alvaro Uribe into a great ally of the new U.S.A security policy after September 11.

Key-words: Drug traffic. Colombia Plan, Terrorism.